



Gênero e Deficiência: A maternidade da mulher com deficiência visual

*Léa Carla Oliveira Belo**

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido com base na Teoria das Representações Sociais (TRS) e nas Teorias Feministas e de Gênero (TFG) por se tratarem de duas perspectivas teóricas que se complementam diante das temáticas entrelaçadas neste estudo, a saber: Gênero, Deficiência e Maternidade. Seu objetivo principal é, portanto, provocar uma reflexão crítica a respeito do lugar social destinado à mulher com deficiência visual no exercício da maternidade sob esses dois vieses. Pois, esta se apresenta como possibilidade a ser discutida sob essas duas perspectivas, uma vez que a deficiência visual impõe limitações e a maternidade comporta funções sociais, a de Ser-mãe, mas também a de Ser-mulher, que independentemente das ordens colocadas, são questões construídas social e culturalmente sob diferentes formas, passando inevitavelmente por representações. Assim, como forma de possibilitar um debate aprofundado sobre esta temática, centralizou-se neste estudo as questões relativas à perspectiva da TRS sobre o objeto de investigação escolhido. De acordo com a revisão bibliográfica realizada, as representações sociais em torno da maternidade ainda são como permeadas por mitos que se não desmistificados poderão tornar a experiência natural e saudável da maternidade, em um problema, inclusive, de ordem emocional para as mulheres com deficiência visual.

Palavras-chave: Gênero. Saúde. Deficiência Visual. Representações Sociais.

INTRODUÇÃO

Em todas as épocas e lugares a deficiência sempre ocupou espaço nas sociedades e atravessou gerações, perpassando etnias e classes sociais. Contudo, apesar de não fazer distinção entre essas categorias, há alguns aspectos psicossociais, de classe, etnia e gênero principalmente, que a deficiência está

* Psicóloga, Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: lea.cob@gmail.com

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



atrelada, e que somente a pouco mais de duas décadas vem sendo investigada no Brasil (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010).

O lugar ocupado pela deficiência visual nos leva a avaliar as diferenças e também a pluralidade do contexto social, político e cultural em que um país está imerso. Isto porque, embora o país em questão seja o Brasil, e este por sua vez possua um Sistema Único de Saúde – SUS, há de se questionar não apenas o alcance que este sistema tem no contexto social macro, mas também que concepção de deficiência se possui na realidade político-social. Será a deficiência apenas uma consequência natural de um corpo previamente lesado ou uma determinação capciosa da cultura? (DINIZ; MEDEIROS; SQUINCA, 2007).

Pensar quais as representações mais difundidas no meio social a respeito de uma temática como a da deficiência, que aborda as estruturas psicossociais, é importante, porque estas podem também ditar o posicionamento político de um país repleto de desigualdades sociais como o nosso, que diante da diferença imposta pela deficiência visual, torna cada vez mais relevante tal problemática à medida que compreende de que lugar se fala.

Tratando-se exclusivamente de falar sobre a deficiência visual no Brasil, a literatura científica das últimas duas décadas é quase inexistente, e isso nos informa sobre o lugar de invisibilidade ocupado por esta temática, e, sobretudo que sua consolidação como campo de pesquisa se deu muitos anos depois de seu início, somente com a segunda onda do movimento feminista (MELLO; NUERNBERG, 2012).

A princípio, as pesquisas nesta área surgiram no início dos anos 1970 no Reino Unido e nos Estados Unidos, e tinham como precursores homens brancos com lesão medular, sendo esta marca a mola propulsora das críticas feministas. Isto porque, as premissas teóricas adotadas por esse grupo de homens eram patriarcalistas, excludentes e reproduziam a situação privilegiada em que se encontravam, colocando em xeque as possibilidades de evidenciar as vozes das demais pessoas deficientes que não possuíam a devida representatividade por eles acreditada (DINIZ, 2003).



Conforme se desenvolveram as pesquisas no campo de estudos sobre deficiência, notou-se uma proeminência de mulheres com deficiência visual, o que corrobora a questão de gênero como um aspecto psicossocial relevante e que merece ser investigado. Já que segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS e a International Agency for Prevention of Blindness – IAPB (2009 apud PORTAL DE OFTALMOLOGIA, 2010), dois terços dos cegos do mundo são mulheres e crianças do sexo feminino representando 64% da população total de pessoas com deficiência visual no mundo.

Diante deste quadro, centralizarei neste artigo as questões relativas à problematização do objeto de investigação escolhido. Assim, para melhor compreensão da proposta deste trabalho haverá uma divisão apenas de cunho didático dos pontos fundamentais que nortearão a sua construção, podendo ainda assim estar entrelaçados. São eles: Introdução, Contextualização e caracterização do objeto escolhido, Problematização e fundamentação por meio das Teorias das Representações Sociais e das Feministas e de Gênero, e por fim, a Conclusão.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

A maternidade e o maternalismo são temas que em todos os tempos mobilizaram culturas e povos, mas somente após a centralização da mulher como sujeito foi que as críticas feministas tornaram-se mais contundentes a respeito deste lugar social designado às mulheres (JODELET, 2009). Segundo Arruda (2000) a partir de tais críticas houve uma ruptura epistemológica nas ciências sociais e as mulheres feministas passaram a rejeitar o determinismo biológico como espaço único reservado e destinado socialmente a elas. Foi através deste movimento que a maternidade começou a ser percebida e compreendida como parte de uma construção social e cultural (SCAVONE, 2001).

Seguido a este processo se deram as discussões sobre o corpo e os direitos da mulher sobre o mesmo e, o aborto também tornou-se pauta das discussões

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



políticas. A mulher ganhou ainda mais destaque, já que suas questões passaram de um problema meramente privado para um problema de esfera pública.

Segundo Scavone (2001) a recusa da maternidade foi reconhecida como ponto nodal para explicar as desigualdades entre os sexos, a partir da efetivação de direitos políticos, por meio de tecnologias contraceptivas foi possível à mulher ter o direito de escolha sobre a maternidade e sobre o seu corpo embora que de modo limitado, pois o aborto ainda não foi concebido como prática legal no Brasil.

Muitos foram os ganhos conquistados através do movimento feminista, a mulher, agora sujeito de direitos, passa a ter livre escolha sobre vários aspectos da sua vida que antes se quer eram discutidos. Porém, apesar dos incontáveis avanços e do processo de ocupação dos espaços pela mulher na sociedade, na esfera trabalhista, política, dentre outras; a maternidade sempre lhe conferiu um lugar de diferença, desigualdade e também de poder. Há por trás da maternidade mitos e representações sociais que lhes atribuem um status que de outro modo não são facilmente alcançados no contexto social e cultural em que os mitos sobre a maternidade e a maternagem ainda estão fortemente presentes (PORTO, 2011).

Mas o que é interessante ressaltar diante de todas estas questões acima proferidas é que após os ganhos políticos da mulher, sua opressão expressa através da maternidade e dos cuidados (maternagem) aos filhos, que ficavam restritamente destinados a ela, permanece uma questão em aberto, que embora possa ser explicada pelas conquistas alcançadas, não deve ser ignorada. A problemática entre o lugar ocupado pela mulher na sociedade e seu papel como mulher e mãe, lugar este que nem todas as mulheres estão aptas e habilitadas no imaginário social para exercer.

Ainda sobre esta questão, refiro-me estritamente às mulheres com deficiência visual, com uma limitação que a diferencia, mas não a desabilita à maternidade incapacitando-a de exercer a maternagem. Contudo, diante da diferença existente e do modelo de deficiência pautada no biomédico, no corpo lesado, como então esta mulher ocupa seu lugar de mulher e mãe na sociedade? E tendo alcançado este lugar, como ele é visto no imaginário social? Ela consegue obter o mesmo status de



uma mulher-mãe sem deficiência? Como se constrói socialmente a identidade desta mulher enquanto mulher e enquanto mãe? Que representações sociais lhe são atribuídas? Essas são inquietações que me provocam a caminhar nesta linha de pesquisa, visto que é negado um espaço político a esta mulher deficiente, quanto mais então um espaço social (DINIZ; MEDEIROS; SQUINCA, 2007).

2. PROBLEMATIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO À LUZ DA TRS

O objeto a ser discutido está fundamentado nas Teorias Feministas e de Gênero (TFG), mas sobretudo na Teoria das Representações Sociais (TRS), por esta última se aproximar ainda mais do problema de pesquisa a ser discutido. Isso não quer dizer que em algum momento as perspectivas possam encontrar-se como figura e fundo, afinal, possuem semelhanças teóricas.

A escolha por estas perspectivas surgiu tanto pela demanda do objeto, suas especificidades, as estruturas psicossociais presentes (gênero, deficiência, classe) quanto pela questão de produção intelectual na área, já que: "A produção relativa à questão de gênero no campo das representações sociais é reduzida, e a utilização da teoria psicossocial das representações sociais pelos estudos de gênero também." (ARRUDA, 2000, p.130).

Ainda com relação ao objeto de estudo, penso que as contribuições feministas no campo da deficiência merecem destaque, sobretudo porque foi através da segunda onda deste movimento que este campo veio se estruturando rumo a sua consolidação. Diante disto, nada mais justo do que unir as duas perspectivas ainda que uma necessariamente se sobreponha à outra.

À luz da Teoria das Representações Sociais a deficiência ainda é pouco abordada se comparada à perspectiva das Teorias Feministas e de Gênero, e isso se deve a alguns fatores, entre eles estão: 1) A de que o pressuposto político e teórico do feminismo é o mesmo que o dos estudos sobre a deficiência, pois ambos combatem a opressão contra grupos que se encontram em vulnerabilidade; 2) Porque a formação dos estudos sobre deficiência se deu com base no modelo

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



domínio do mundo é parte da definição de representações sociais, que dividiu-se em três relevantes aspectos: a comunicação, a reconstrução do real e o domínio do mundo.

Neste contexto, meu interesse com este trabalho é sem dúvidas oferecer uma visão sobre as categorias “Mulher-mãe com deficiência visual” através das representações sociais, por perceber que esta temática se enquadra dentro da proposta de estudo da referida teoria. Afinal, as representações sociais buscam compreender e estudar fenômenos peculiares do senso comum, que dão sentido às vivências humanas no seu contexto social e acabam produzindo identidades, direcionando sua comunicação e organizando suas condutas e práticas. Lembrando que estudá-las

[...] pressupõe investigar **o que pensam** os indivíduos acerca de um determinado objeto (a natureza ou o próprio conteúdo da representação) e **porque pensam** (que funções o conteúdo de uma representação assume no universo cognitivo e social dos indivíduos). (ALMEIDA, 2005, p. 124 grifos da autora)

Levando-nos assim, a decisivamente identificar na problemática de pesquisa supracitada, possibilidades de, à luz da Teoria das Representações Sociais examinar a alocação da maternidade e da maternagem como objetos de representação, já que dependendo do contexto sociocultural em que a mulher está inserida a deficiência visual pode ou não ser motivo de grande problema no desenvolvimento de habilidades que não são inerentes ao fator biológico, sexista, conforme o mito do amor materno prediz (BADINTER, 1985). Na verdade diante disto é preciso lembrar que,

[...] a representação da mulher-mãe inscreve-se no quadro dos contornos bem delineados da boa mãe. O desempenho da função materna, portanto, ocorre à sombra de esquemas referenciadores que não só a substancializam como, acima de tudo, normatizam essa experiência através de regras prescritas cujo rompimento mobiliza sentimentos e sensações numerosos tais como “frustração”, “angústia”, “autorecriminações”, “culpabilização”, “impotência”, “sensação de imaturidade” etc. (MOREIRA, 2000, p. 156, aspas do autor).



Ante a isto, vale a pena ressaltar que apesar dessas normas não se aplicarem a todas as mulheres, não podemos esquecer as reais limitações da deficiência visual e minimizar o contexto de tais mulheres, pois há limitações aí implicadas que precisam ser consideradas, afinal “[...] há desigualdades de poder no campo da deficiência que jamais serão resolvidas por ajustes arquitetônicos.” (QUEIROZ, 2007, p. 829). Contudo, é necessário elucidar que o conceito de deficiência aqui trabalhado parte do modelo social explicitado por Diniz (2007, p. 3) que alega ser essa “[...] resultado de uma interação complexa das pessoas com a sociedade.”. Como também o de Queiroz (2007, p. 829) que complementando, afirma:

[...] a deficiência resulta de um relacionamento complexo entre as condições de saúde de um indivíduo e os fatores pessoais e externos, sendo um conceito guarda-chuva que associa a concepção médica de lesão aos aspectos negativos da interação entre sujeito e o contexto social.

Este mesmo conceito de deficiência é capaz de exemplificar que o objeto em questão pode ser considerado objeto de estudo das representações sociais através do exemplo dado pela antropóloga e estudiosa do campo do feminismo, da saúde, e dos direitos humanos, Débora Diniz (2007, p.3):

Em um ambiente hostil à diversidade corporal, é possível imaginar uma pessoa com restrições leves de habilidades que experimente a deficiência de forma severa. A mesma restrição de habilidade em um ambiente receptivo à diversidade pode não levar à experiência da deficiência.

Sobre esta questão, fica então evidenciado que o objeto problematizado tem como característica o fato de ser polimorfo, onde será ou não passível de assumir a mesma dificuldade, apresentando diferentes formas e significados, dependendo do contexto social em que está inserido, sendo de expressivo aspecto para o grupo social do referido contexto (SANTOS, 2005).

CONCLUSÃO



É neste último aspecto, principalmente, que acredito ser as representações sociais sobre a maternidade das mulheres deficientes visuais um ponto importante de discussão e por que não dizer de construção de um saber? Já que corresponde a um processo de formação de subjetividades e identidades, e isso se dá socialmente, onde o conhecimento compartilhado gesta ideias no imaginário coletivo que podem contribuir para a ascensão ou queda no status social destas mulheres.

Então, como essas mulheres com deficiência visual dão sentido e significado as suas experiências enquanto mulher e mãe, e, como elas constroem as suas representações sobre a maternidade são pontos interessantes a serem investigados sob a ótica da Teoria das Representações Sociais. A relação que esta mulher e mãe, estabelece no social interfere diretamente na construção de sua identidade enquanto mulher e enquanto mãe, portanto saber qual o lugar que ela ocupa e o que pensam sobre o papel social que desempenham é importante, pois mostrar a gênese de uma representação implica inevitavelmente numa atividade de transformação de um saber (MOSCOVICI, 1961 apud ALMEIDA, 2005).

Pois, é necessário lembrar que

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI 1987, p. 08).

Neste sentido, vale a pena ressaltar que no campo de estudos sobre deficiências, as mudanças no uso das nomenclaturas e o questionamento sobre o modelo médico de deficiência trouxeram grandes avanços. É este modelo ainda dominante, que

[...] aborda a deficiência por meio de um conjunto de teorias e práticas assistenciais em saúde que pressupõe relação de causalidade entre a lesão ou a doença e a experiência da deficiência. A deficiência nesse modelo, é a expressão de uma limitação corporal do indivíduo para interagir socialmente. (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, p.3)

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Nesta perspectiva, a deficiência atribuída a um único fator provoca sentimentos de inadequação nas mulheres deficientes visuais, que podem ser corroborados pelas representações sociais e fundamentados pelos mitos que permeiam a maternidade, podendo tornar esta experiência natural e saudável em um problema inclusive de ordem emocional. Pois, a autonomia total não existe na realidade prática, todos nós dependemos em alguma medida do outro, “[...] a condição humana é a interdependência.” (KITTAI, 1999 apud DINIZ, 2003, p. 05). Na verdade este modelo médico fomenta uma opressão a essas mulheres, pois “Deficiência é um fenômeno sociológico e lesão uma expressão da biologia humana isenta de sentido.” (DINIZ, 2003, p.02). Supervalorizar a autonomia desta maneira se torna um ideal perverso para todos aqueles que jamais poderão alcançá-los.

Assim, não faz sentido falarmos de deficiência, gênero, classe ou qualquer outra categoria psicossocial se não levarmos em consideração a que modelo de deficiência estamos atentando, pois que ela serve de parâmetro para direcionar nosso olhar. Diante destas premissas finalizo este artigo pensando na compreensão e descrição do processo e não na sua resposta ou verdade, já que as representações sociais estão em constante (re)formulação ressaltando o que Moscovici (1978) afirma que o que se estuda é sempre provisório e aberto, devendo ser constantemente questionado e aprofundado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.M.O. **A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas.** Em M.F.S. SANTOS E L.M. ALMEIDA (Orgs) *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*, Recife: Editora Universitária da UFPE, 117-160, 2005.

ARRUDA, A. **FEMINISMO, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.** Textos de História, vol 8., nº1/2, 2000. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5906/4883>> Acesso em: 23 de julho de 2013.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001200031&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de julho de 2013.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais.** Cadernos Pagu, n. 16, 2001.

SANTOS, M. F. S; ALMEIDA, L. M. (Orgs) (2005) **Diálogos com a teoria das representações sociais.** Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL, (2005).

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987